

**A OCUPAÇÃO CEMITERIAL DO
BAIRRO DE SANTO ANTÔNIO,
VITÓRIA/ES:
CEMITÉRIOS VISÍVEIS E INVISÍVEIS A
PARTIR DA ABORDAGEM
TERRITORIALISTA ITALIANA**

*THE CEMETERY OCCUPATION OF
THE SANTO ANTÔNIO
NEIGHBORHOOD, VITÓRIA/ES:
VISIBLE AND INVISIBLE
CEMETERIES FROM THE ITALIAN
TERRITORIALIST APPROACH*

*LA OCUPACIÓN CEMENTERIAL
DEL BARRIO DE SANTO ANTÔNIO,
VITÓRIA/ES: CEMENTERIOS
VISIBLES E INVISIBLES DESDE EL
ENFOQUE TERRITORIALISTA
ITALIANO*

Paloma Barcelos Teixeira, Doutoranda em
Geografia pela Universidade Federal do
Espírito Santo (UFES)
E-mail: paloma93barcelos@hotmail.com

Michela Sagrillo Pegoretti Fadini
Prof.^a Dr.^a Instituto Federal do Espírito
Santo (IFES)
E-mail: michelasagrillo@yahoo.com.br

Resumo:

A cidade de Vitória, no Espírito Santo, possui um único cemitério monumental no bairro de Santo Antônio, localizado próximo ao Centro Histórico capixaba. No entanto, dois outros cemitérios antigos na região, o do Morro do Pinto e o Cemitério Batista, são frequentemente negligenciados nos estudos sobre os processos territoriais que levaram a localização atual do cemitério monumental de Santo Antônio. Dado o exposto, este artigo tem como objetivo apresentar a historiografia territorial desses cemitérios sob a perspectiva dos estudiosos da escola territorialista italiana. Para tanto, além de pesquisa bibliográfica sobre a história do lugar, utilizou-se de levantamentos de dados primários documentais custodiados em arquivos públicos. Ao enfatizarmos o sedimento material ambiental das transformações territoriais, propomos uma interpretação possível do ciclo TDR (territorialização - desterritorialização - reterritorialização) dos cemitérios do sítio Santo Antônio. Concluimos que esse movimento teórico revela novas formas de compreender o contexto cemiterial do bairro à luz dos processos de transformação associados ao território.

Palavras-chave: Vitória/ES, cemitério, escola territorialista italiana.

Abstract:

Vitória, ES, boasts a single monumental cemetery in the Santo Antônio neighborhood, near the historic center. Yet, two other ancient cemeteries nearby, Morro do Pinto and Batista Cemetery, are often overlooked in studies of the territorial processes that led to Santo Antônio's current location. This article aims to present the territorial historiography of these cemeteries from an Italian territorialist perspective. Besides bibliographic research, primary documentary data surveys from public archives were used. By emphasizing the environmental material sediment of territorial transformations, we propose a possible interpretation of the TDR cycle (territorialization - deterritorialization - reterritorialization) of the Santo Antônio site's cemeteries. We conclude that this theoretical movement reveals new ways of understanding the cemetery context of the neighborhood amid transformation processes associated with the territory.

Keywords: Vitória/ES, cemetery, Italian territorialist school.

Resumen:

Vitória, ES, tiene un único cementerio monumental en el barrio Santo Antônio, cerca del centro histórico. Sin embargo, se ignoran frecuentemente dos cementerios antiguos cercanos, Morro do Pinto y Cementerio Batista, en estudios sobre los procesos territoriales que llevaron al cementerio de Santo Antônio. Este artículo busca presentar la historiografía territorial de estos cementerios desde la perspectiva territorialista italiana. Además de la investigación bibliográfica, se utilizaron encuestas de datos primarios documentales en archivos públicos. Al destacar el sedimento material ambiental de las transformaciones territoriales, se propone una interpretación del ciclo TDR (territorialización - desterritorialización - reterritorialización) de los cementerios en Santo Antônio. Esto revela nuevas formas de entender el contexto del cementerio en el barrio ante los procesos de transformación del territorio.

Palabras-clave: Vitória/ES, cementerio, escuela territorialista italiana.

Introdução¹

No século XIX, o crescimento populacional das cidades brasileiras deparou-se com uma série de epidemias e doenças, verificadas diante de um panorama urbano deficitário, no que diz respeito à infraestrutura urbana e às formas de uso e ocupação do solo. Tal fato acometeu especialmente cidades coloniais e seus centros urbanos, resultando em intervenções que, aos poucos, tentavam reverter tal cenário. Os cemitérios, por exemplo, geralmente localizados próximos às igrejas (e administrados por elas) em consonância com o padrão de urbanização portuguesa no sítio físico, foram alvo destas intervenções e transformações urbanas.

Assim sendo, além do crescimento populacional, os fluxos migratórios e uma série de eventos ligados ao modo de lidar com a morte nos períodos de grandes epidemias, impuseram transformações de natureza sanitária sobre os espaços cemiteriais de diversas cidades brasileiras (Pimentel Franco, 2014). Esse fenômeno gerou diferentes graus de resistência por parte da Igreja em partes distintas do país (Rocha, 2013; Reis, 1991).

Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, localizada no sudeste brasileiro e fundada ainda no século XVI, experimentou tal cenário em seu curso histórico, tendo seus cemitérios originais

¹ A pesquisa é financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) através de bolsa de doutorado, Processo n° 88887.840216/2023-00. O presente artigo é resultado dos trabalhos desenvolvidos na disciplina “Território-Patrimônio: teoria e representação para planejamento e projeto”, cursada no PPGAU/UFES, ministrada pela Prof. Dra. Renata Hermann de Almeida.

transferidos gradualmente para longe de seu centro urbano. O primeiro esforço nesse sentido foi dirigido para a região conhecida como sítio Santo Antônio onde, atualmente, situa-se o bairro de mesmo nome². Coube, então, a tal região, localizada à oeste do Centro, o papel de sediar os cemitérios da cidade na ótica “extramuros”³, afastando, assim, os perigos sanitários inerentes a este tipo de uso do solo, naquele contexto.

Na verdade, a necessidade de criação de cemitérios extramuros, distantes dos centros urbanos, nasceu em razão do ideal higienista que direcionava as políticas públicas referentes às epidemias. Esse movimento ocorreu em várias cidades brasileiras e pode ser observado, também, em Vitória/ES.

Em um cenário onde cabiam, exclusivamente, ao poder público as decisões sobre o território, Santo Antônio recebeu, sequencialmente, a partir da segunda metade do século XIX, os cemitérios do Morro do Pinto, Batista e o cemitério público de Santo Antônio. Os dois primeiros foram, aos poucos, entrando em desuso e foram apropriados para uso habitacional de pessoas menos abastadas. Esta mudança de função do território foi acompanhada, segundo dados históricos, por relações de tensão, conflito e cooperação entre os moradores e o poder público (Teixeira, 2022). O fato gerou transformações territoriais significativas, relacionadas a

² O atual bairro de Santo Antônio ocupa parte do chamado sítio Santo Antônio, uma porção rural de difícil acesso na margem oeste da ilha de Vitória, separada dos quadrantes originais da cidade, pelo menos até o início do século XX.

³ O termo extramuros refere-se à localização de cemitérios fora dos limites das cidades. Historicamente, essa prática tinha por objetivo afastar os perigos sanitários e os maus odores provenientes da decomposição dos corpos, prevenindo, assim, possíveis surtos de doenças e mantendo a salubridade nas áreas habitadas.

mudanças no uso da terra, que instigam possibilidades inéditas de investigação. É natural que, em relação ao crescimento da população e à ocupação de novas áreas, a gestão das cidades produza uma grande quantidade de conflitos sociais e ambientais capazes de eleger objetos de estudo sobre as relações de poder sobre o território e sobre a produção geográfica do espaço urbano.

Atualmente, o bairro de Santo Antônio possui um conjunto cemiterial composto pelo Cemitério Público de Santo Antônio (municipal) e quatro pequenos cemitérios particulares: o Cemitério da Irmandade do Santíssimo Sacramento, o Cemitério da Irmandade de Santo Antônio dos Pobres, o Cemitério da Irmandade de São Benedito do Rosário e o Cemitério da Irmandade Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção. Essa configuração cemiterial atual se deve a processos de construção e apagamento de cemitérios antigos. O ciclo de transformações urbanas sobre este território foi motivado por necessidades sanitárias e de ordem social que tiveram repercussões socioespaciais na complexa relação entre a cidade dos vivos e a cidade dos mortos.

Todo território está intrinsecamente ligado aos processos de dominação e resistência. Quando buscamos compreender o território em uma perspectiva mais ampla, percebemos que ele não é apenas um espaço físico, mas também um ambiente permeado por relações de poder que se estendem para além das esferas tradicionais. Essas relações não se limitam apenas ao domínio político, mas abrangem também o simbólico e o afetivo. Neste contexto, as emoções, sentimentos e afetos desempenham um papel significativo na configuração da política territorial. Essa interconexão entre espaço, poder e subjetividade destaca a

complexidade do conceito de território em suas múltiplas dimensões. Segundo Saquet (2010, p. 114), para Dematteis (1995, p. 85.) “o território significa economia, cultura, política e natureza: ambiente, chão, formas espaciais e relações entre sujeitos”.

A proposta de Magnaghi (2011), a partir de sua escola territorialista, dentro do contexto da corrente teórica italiana de planejamento ambiental, apresenta uma visão de que o território tem ciclos de vida (nascimento, crescimento, decadência, morte e renascimento) e, portanto, pode ser analisado conforme perspectivas históricas. Portanto, para Magnaghi,

o ambiente não é uma besta a ser domada nem um sistema a ser protegido ao máximo da ação humana. Devemos nos confrontar não com uma natureza abstrata, mas com o que podemos considerar um neocossistema produzido pelo homem, resultante das relações dinâmicas entre o ambiente natural, o ambiente construído e o ambiente entrópico. Desses relacionamentos emergem os territórios, os lugares, que são sujeitos culturais, que falam, dialogam ao longo do processo de antropização através da paisagem; eles restituem identidade, memória, linguagem, culturas materiais, mensagens simbólicas e efetivas (Magnaghi, 2011, p. 09).

Acreditamos que os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização propostos por Magnaghi (2011) se fizeram presentes na consolidação do contexto cemiterial atual em Santo Antônio.

O bairro de Santo Antônio, visto sob a ótica de sua ocupação cemiterial histórica, considerando os apagamentos ocorridos e as transformações funcionais do uso da terra, é a base material analítica e o recorte espacial do presente artigo. Estes

processos territoriais serão observados sob o recorte temporal de 1850 a 1981, iniciando pelos primeiros projetos de criação de um cemitério extramuros na segunda metade do século XIX, que suportasse os sepultamentos dos cadáveres das epidemias, até a última invasão popular de áreas cemiteriais em desuso.

Assim sendo, o objetivo deste artigo é compreender como as lógicas de implantação, localização e transformação dos cemitérios do bairro de Santo Antônio tiveram um impacto na organização do espaço urbano, à luz da escola territorialista italiana.

É possível considerar que a ideia de certa arqueologia (ou geografia) das cidades a partir dos cemitérios, seja útil para verificar as dinâmicas espaciais estabelecidas na área urbana, atravessando períodos de diferentes gestões políticas. Tomando outros caminhos com interesses distintos, a cidade de Vitória/ES já foi analisada segundo seus projetos de expansão ligados a mercados de terra e produção de área urbana, algo que moveu diretamente as tradições dos estudos urbanos na Geografia (Campos Junior, 1996). Em outra direção, este mesmo conjunto de interesses também se constituiu como um importante objeto de análise da Arquitetura (planimetria e a volumetria histórica), sob a perspectiva da produção social do espaço urbano, focalizando aspectos do mercado imobiliário para identificar a dinâmica do processo de urbanização em diferentes períodos no Brasil, desde o período colonial até a primeira República, isto permitindo associações diretas com os espaços cemiteriais no espaço urbano (Bueno, 2018).

A elaboração do presente texto, não trata de realizar um “planejamento local dirigido ao passado”, mas sim, de permitir que a abordagem territorialista, proposta por Alberto Magnaghi (2011),

possa oferecer uma perspectiva mais crítica sobre os fatos ocorridos no sítio Santo Antônio. Para tanto, analisamos os cemitérios de Vitória tanto como vestígios geográficos do passado, quanto como vetores de produção do presente-futuro.

Procedimentos metodológicos

O artigo está fundamentalmente apoiado nas bases da Geografia Histórica, que busca compreender as transformações geográficas ocorridas ao longo do tempo em um determinado recorte espacial de análise, levando em consideração as relações sociais, políticas, econômicas e culturais que influenciaram essas transformações no espaço geográfico (Abreu, 2000; Vasconcelos, 2009). Igualmente, busca-se fundamento nos procedimentos metodológicos da escola territorialista italiana que percebe o território como um ciclo e que lê os espaços através do ciclo TDR, territorialização, desterritorialização e reterritorialização (Magnaghi, 2011).

Para apresentarmos a formação e a evolução territorial cemiterial do sítio Santo Antônio sob a ótica da escola territorialista italiana, buscamos entender as dinâmicas espaciais como resultado de processos históricos e geográficos, especialmente a partir dos cemitérios e seus impactos socioespaciais, sendo necessário um conjunto de esforços metodológicos para cumprir tal objetivo.

Para isso, as análises foram balizadas em fontes de diferentes naturezas que documentaram fatos ocorridos entre 1850 e 1981 ou seja, desde o momento da tentativa de construção do

primeiro cemitério extramuros da cidade até a última invasão popular de áreas cemiteriais em desuso.

Nesse viés, estes foram os seguintes percursos metodológicos adotados nesta pesquisa:

1. Levantamento bibliográfico sobre o lugar: Hemeroteca Digital Brasileira (HDB), onde selecionamos os principais periódicos da cidade de Vitória no recorte temporal da pesquisa, foram eles: A Tribuna e o Diário da Manhã, com o objetivo de identificar a presença de registros, estudos e análises da questão cemiterial no Brasil e no Estado do Espírito Santo;

2. Realização de trabalhos de campo em arquivos públicos a fim de obter acesso a diferentes fontes documentais iconográficas: mapas antigos e fotografias e, documentação escrita: registros de fundação de cemitérios e planos urbanos. Para isso, foram acessados os seguintes lugares: a) Arquivo Público Municipal de Vitória (APMV), b) Arquivo Público Estadual de Vitória (APEES) e c) Cúria Metropolitana de Vitória.

Cemitério do Morro do Pinto: O primeiro território cemiterial extramuros da cidade de Vitória/ES

Durante o período colonial brasileiro, o sepultamento dos corpos no interior das igrejas ou em terrenos contíguos a elas se caracterizava como uma prática comum. Isso era resultado de uma reprodução da matriz cultural católica, que considerava a definição do lugar de sepultamento próximo de suas referências e signos de proteção um sinal de prestígio espiritual. No entanto, a partir da primeira metade do século XIX, este modelo espacial entre os

cemitérios e as igrejas foi gradualmente alterado pelos fundamentos do higienismo, que os deslocou para as periferias do espaço urbano, em muitas cidades, devido a necessidade de lidar com grandes epidemias. A medicina, como conhecimento aplicado as políticas de ordenamento territorial, começou a apropriar-se do fenômeno da morte, avançando no espaço antes dominado pela religião (Reis, 1991).

No Brasil, o cientificismo aplicado às cidades surgiu tardiamente em relação à Europa. Na segunda metade do século XIX, em meio ao fortalecimento dos ideais republicanos, o Estado brasileiro modernizou suas estruturas, especialmente, nos espaços urbanos.

O processo de mudança dos espaços de sepultamentos para as periferias urbanas, impulsionado pelas preocupações sanitárias, verificado em Vitória, capital do Espírito Santo, consolidou-se a partir da segunda metade do século XIX.

A febre amarela representou uma das primeiras epidemias graves a atingir o Brasil, manifestando-se por volta de 1849 e disseminando-se de forma endêmica a partir de 1850. De acordo com Odair Franco, “a Província do Espírito Santo foi assolada pela febre-amarela em novembro de 1850, provavelmente importada de Campos, onde grassava com intensidade” (Franco, 1969, p. 16).

Durante a primeira onda da febre amarela, ocorrida no final de 1850 e início de 1851, Pereira Leal (1851, p. 12) informou que “a febre amarela ceifou em todo o Espírito Santo cerca de 200 pessoas”, um número que, embora pareça baixo hoje, deve ser contextualizado considerando que, de acordo com Derenzi (1965), a população da capital era pouco superior a 3.000 pessoas.

Tal fato despontou perspectivas do poder público sobre a criação de um cemitério fora do perímetro urbano, baseando-se em alterações culturais no sentido de acabar com “o inveterado e prejudicial costume de fazerem-se os enterros nas igrejas” (Leal, 1851, p. 15). O relatório do então presidente, em 1851, sugere um reforço nesta perspectiva: “legislai, senhores, nesse sentido, e deixai que o governo, por meios persuasivos, vença os preconceitos do povo, fazendo-lhes conhecer os perigos que resultam das inumações nos templos” (Leal, 1851, p. 17).

Percebe-se que não se tratava somente de uma alteração dos costumes fúnebres mediante às urgentes demandas causadas pelas epidemias, mas, antes de tudo, de repensar o lugar geográfico dos mortos na cidade. Como aponta Claudia Rodrigues (1997), a localização das necrópoles era apenas uma das contendas urbanas. Em lugares como no Rio de Janeiro e na Bahia, houve intensos debates sobre como e por quem esses espaços deveriam ser geridos: se pela igreja ou pela administração pública.

O primeiro surto de febre amarela na capital capixaba teve uma curta duração, no entanto, todos os historiadores concordam que, devido à ausência de serviços preventivos e de higiene pública, a doença ressurgiu em 1854 e 1858, conforme relato de Sebastião Pimentel Franco (2015).

Terezinha Tristão Bichara (1984), enquanto assessora da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, liderou, uma pesquisa abrangente sobre a produção legislativa e história do poder legislativo estadual entre 1835 e 1889. A autora destacou que a definição da localização para o novo cemitério de Vitória foi muito complicada, tendo o Legislativo discutido o problema em várias

sessões. Projetos para os afastamentos dos cemitérios começaram a ser debatidos concomitantemente. Houve uma ideia inicial de alocar o cemitério na Ilha do Príncipe, mas esta proposta foi abortada, ao que parece, devido a questões financeiras e dificuldades na obtenção do terreno. As intervenções para construção do novo cemitério, então, seguiram em direção ao sítio Santo Antônio, à oeste do Centro histórico, em uma elevação natural conhecida até os dias de hoje como Morro do Pinto.

Daemon (2010, p. 390) comentou sobre a obra do cemitério do Morro do Pinto destacando que “foi efetivamente iniciada, mas, como a maioria das obras nesta província, nunca foi concluída, apesar dos consideráveis contos de réis despendidos com esse cemitério”. Bichara afirma que:

Devido à falta de recursos do erário provincial, as obras iniciadas pelo impulso do flagelo da cólera e da febre, ficaram inacabadas, sem cerca que protegesse os túmulos, servindo o ‘campo santo’ de pastagem para os animais (1984, p. 191).

O cemitério do Morro do Pinto não foi o único projeto que enfrentou dificuldades de execução, mas marcou de modo emblemático o período entre 1854 e 1855, quando surgiram as primeiras propostas para a delimitação de um espaço destinado a cemitérios naquela parte da cidade.

As obras inconclusas de um cemitério nunca inaugurado oficialmente não foram motivo para que ele não fosse efetivamente apropriado para o sepultamento dos mortos das epidemias. Sem ter nem mesmo um nome oficial que o designasse, o “cemitério do Morro do Pinto” emergiu como a principal resposta capixaba às medidas emergenciais contra a epidemia de febre amarela na

década de 1850. No entanto, o desejo de construir um cemitério fora dos limites da cidade estava condicionado à existência de acessos adequados, um desafio não superado pela necrópole do Morro do Pinto por décadas, o que fez com que ela permanecesse destinada apenas aos corpos considerados “perigosos” durante as epidemias e outros grupos indesejados da sociedade.

Considerando que as epidemias afetavam também as elites (as quais não consideravam sepultamentos no Morro do Pinto como uma opção aceitável) e que estava proibido o sepultamento nas igrejas locais (tanto pelo grande número de vítimas, quanto pelas questões sanitárias), é importante mencionar que, nesse mesmo período, outra iniciativa pública de administração cemiterial estava em andamento no Centro da cidade: o cemitério do Convento de São Francisco.

Esse antigo convento, construído em 1591, cedeu parte de seu terreno ao governo em 1856 para a instalação temporária de um cemitério público que funcionou simultaneamente ao Morro do Pinto e que chegou a ser considerado historicamente, por equívoco, o único cemitério público da cidade, quando era, na verdade, o único cemitério público que abrigava as elites locais.

Já quanto ao Morro do Pinto, estabelecido em um período excepcional, não tinha função de preservar a memória dos mortos, mas sim de afastar seus corpos. A preocupação com a memória dos mortos é uma atividade associada aos tempos de paz (Pitte, 2004) e, embora não houvesse uma guerra, os tempos da criação da necrópole do Morro do Pinto não foram tempos de normalidade e de paz.

Cemitério Batista: um território de sepultamentos destinado aos protestantes em Vitória

A chegada dos primeiros missionários protestantes ao Brasil não é o foco deste artigo, mas contextualizar brevemente a trajetória deste grupo é essencial para compreendermos a presença de um remoto cemitério destinado aos batistas no sítio Santo Antônio.

A trajetória dos batistas no Brasil é bem documentada e se concentra do final do século XIX ao início do século XX. Segundo Assis, em 1860 ocorreu uma breve incursão desta religião no Brasil, mas oficialmente, a Convenção Batista Brasileira (CBB) considera que o marco inicial do seu trabalho no país é o ano de 1882, quando foi organizada a Primeira Igreja Batista da Bahia (Assis, 2019).

Nos últimos anos do século XIX e nos primeiros do século XX, os primeiros batistas que já residiam na Bahia expandiram suas atividades para o estado do Espírito Santo. Após a conversão dos primeiros capixabas, “chegaram ao estado missionários da Junta para legitimar as primeiras Igrejas Batistas em solo espírito-santense” (Assis, 2019, p. 133). Este novo elemento social do início do século desencadeou a construção de uma legitimidade não apenas religiosa, mas também educacional, fortalecendo a Igreja Batista e implementando um sistema educativo distinto daquele praticado na cidade.

Contudo, a presença da Igreja Católica representou um desafio significativo para a missão batista nos primeiros tempos, já

que os protestantes estavam impedidos de utilizar os cemitérios religiosos católicos, restando-lhes apenas o cemitério público.

Sobre o cemitério, conforme as palavras de Reno⁴ (*apud* Assis, 2019, p. 142), “é aqui usado para nada além dos paupérrimos da classe mais baixa, para os casos de varíola e febre amarela, e para os protestantes”. A assertiva deixa claro que o cemitério do Morro do Pinto era considerado uma medida segregacionista, sendo utilizado apenas para corpos que não tinham direito de usufruir dos cemitérios das irmandades católicas ou do Convento de São Francisco, corpos sem direito à memória.

Reno solicitou ao Conselho Municipal de Vitória a concessão de um terreno para a “construção de um cemitério para os evangélicos” (Assis, p. 142, 2019). Naturalmente, foram necessários esforços para superar os obstáculos administrativos e políticos, conforme relatado à Junta de Richmond nos EUA, em 1906, por Loren Reno. Ele informou que, após grande insistência, o terreno foi cedido, garantindo a construção da necrópole batista:

[...] a lei nos impede de usar terrenos comprados de indivíduos, então a única alternativa para nós era conseguir que o governo nos desse o controle de um pequeno terreno do governo. Os termos são que o terreno fosse inteiramente entregue nas mãos da Igreja Batista para cercá-lo, planejá-lo e mantê-lo. Durante seis meses nós trabalhamos para assegurar isso, e os sacerdotes trabalharam para evitar isso. Duas vezes nossa petição foi negada pelo Conselho Municipal por questões técnicas (Reno, *apud* Assis, 2019, p. 142).

⁴ Loren Reno foi um missionário batista norte-americano que chegou à Vitória em 1904 para ampliar e fortalecer a Igreja Batista no Estado, tornando-se, rapidamente, uma autoridade local (Assis, 2019).

É relevante destacar que o terreno destinado à construção do Cemitério da Missão Batista foi designado no sítio Santo Antônio, próximo ao cemitério do Morro do Pinto, por volta de 1906, favorecendo o impulsionamento da cemiterização do sítio Santo Antônio.

Observa-se que o cemitério batista, posteriormente conhecido como “cemitério velho de Caratoíra”, surgiu como resposta à segregação espacial que expunha os protestantes à convivência com os “paupérrimos da classe mais baixa” respaldando certo movimento defensivo de apropriação territorial. Tal movimento, ao que parece, acabou gerando outra forma de segregação, agora para afirmar e distinguir os membros da comunidade religiosa. Contudo, entre a criação do cemitério Batista (1906) e a morte de Loren Reno (1935) outro fator alterou a espacialidade cemiterial do antigo sítio Santo Antônio: a inauguração do “novo cemitério público de Santo Antônio”, em 1912.

Havendo uma necrópole pública mais universalista e secularizada, aqueles que realizaram o sepultamento de Loren Reno não viram a necessidade de fazê-lo na necrópole Batista que ele mesmo estabeleceu. Isso indicou que aquele cemitério privado, que teve em seu fundamento uma luta contra a segregação, eventualmente perdia sua relevância diante de uma sociedade em transformação.

Novo cemitério público de Santo Antônio: território cemiterial universalista

O remoto território cemiterial instalado no antigo sítio Santo Antônio, onde estava o cemitério do Morro do Pinto (década de 1850) e o Cemitério Batista (1906), ambos marcados por características segregatórias, somente teve sua importância ampliada com as reformas do governo de Jerônimo Monteiro (1908-1912), quando o acesso por terra estava concluído, quando foi instalada a linha de bondes e quando foi criada outra necrópole, adjacente às antigas áreas cemiteriais.

No sentido de tentar consolidar um padrão atualizado de urbanismo, o relatório do então presidente da província afirmava que o novo cemitério foi construído em uma área adequada e que atendeu plenamente às exigências de higiene moderna. Além disso, sendo uma necrópole pública e laica, foi a primeira da cidade com pretensões universalistas e padrão estético monumental, que incorporava, gradativamente, expressões mais significativas de arte funerária.

Os bondes até o cemitério de Santo Antônio foram implementados em 1912⁵. O empreendimento incluía, inclusive, vagões funerários que transportavam o ataúde e, em outro, os acompanhantes, que partiam da Igreja Matriz da cidade de Vitória⁶ até o novo cemitério.

⁵ A tração elétrica dos bondes foi oficialmente inaugurada em 21 de junho de 1911.

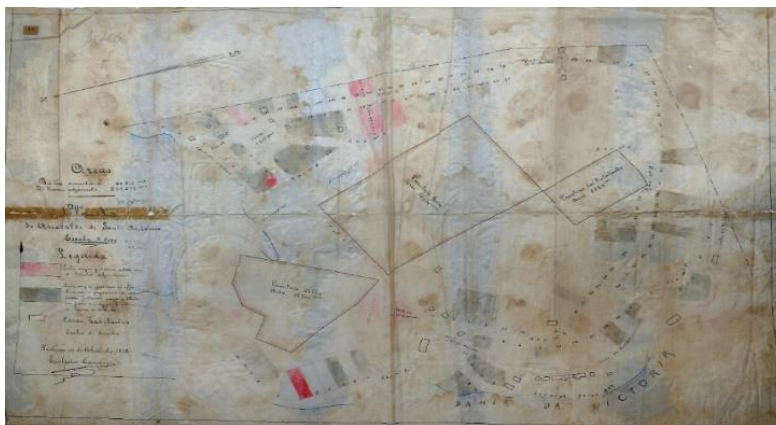
⁶ A igreja Matriz foi demolida em 1918 para dar lugar a Catedral Metropolitana de Vitória.

Estudos, como o de Teixeira (2022), indicam que, mesmo após a inauguração do novo cemitério, em 1912, foi mantido o funcionamento do cemitério do Morro do Pinto, que ficou conhecido como o “cemitério velho”. Os periódicos consultados indicam que várias pessoas da comunidade solicitaram autorizações à prefeitura municipal para construir mausoléus sobre as antigas covas rasas do Morro do Pinto, no desejo de torná-lo semelhante à nova estética do cemitério novo. Outras solicitações foram no sentido de transladar restos mortais dos cemitérios das irmandades católicas ou do cemitério do Convento de São Francisco para o “novo cemitério” inaugurado.

Esses eventos evidenciam que a inauguração do novo cemitério de Santo Antônio representou o momento decisivo para que o arrabalde Santo Antônio assumisse a configuração definitiva de território cemiterial de Vitória.

Ao examinar os documentos do Arquivo Público do Estado, deparamo-nos com a “Planta do Arrabalde de Santo Antônio” (Figura 01), datada de 18 de abril de 1912, que apresenta detalhadamente o cenário local, incluindo todas as necrópoles abordadas neste estudo: a primeira e mais antiga, do Morro do Pinto, denominada “cemitério velho”, com 14.300 m²; a segunda, da missão batista, identificada como “cemitério dos protestantes”, com 6.621 m²; e a terceira, a mais recente, a única amplamente documentada, intitulada “cemitério novo”, com 30.414 m².

Figura 1– Planta do Arrabalde de Santo Antônio, datada de 1912 indicando as áreas dos cemitérios existentes na época.



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (ref. A0403).

Na Figura 01, vale ressaltar a ausência dos cemitérios das irmandades católicas, presentes atualmente na área retratada. O único cemitério particular presente na região, em 1912, é o da missão batista.

À medida que as necrópoles do Morro do Pinto e dos Batistas gradualmente perdiam sua função, as irmandades religiosas começaram a solicitar à Prefeitura locais de sepultamento específicos, situados nas proximidades do novo cemitério público, como exemplificado pelos pedidos despachados pelo prefeito e publicados no jornal O Diário em 22 de novembro de 1912:

A irmandade de São Benedito do Rosário, por seu secretário Adolpho Oliveira, pedindo, por aforamento perpétuo ou por venda, uma área de 28 metros de frente por 60 metros de fundo, em Santo Antônio, anexa ao novo cemitério, assim como a concessão das pedras fronteiras ao antigo cemitério e licença para quebrar as mesmas (O Diário da Manhã, p. 01, 1912).

Somente em 1921, a Lei Municipal 217 concedeu a propriedade definitiva dos terrenos que foram cedidos às irmandades a partir de 1913.

Atualmente, as necrópoles de Santo Antônio dos Pobres e do Santíssimo Sacramento estão estabelecidas na lateral do cemitério novo. Do outro lado da rua, localizam-se as necrópoles da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte e de São Benedito do Rosário.

A evolução do território cemiterial em Santo Antônio revela mudanças não apenas nas práticas e na organização espacial da morte na sociedade local, mas também, nas transformações físicas desses mesmos territórios. Este processo, marcado por deslocamentos e reivindicações de áreas, revela a dinâmica singular da gestão funerária em Vitória, consolidando o bairro de Santo Antônio como o ponto central desse complexo cemiterial.

Cada um dos cemitérios mencionados desempenhou um papel único em seu contexto histórico. Na próxima seção, iremos explorar, à luz da abordagem territorialista italiana, o modo como essas necrópoles se transformaram ao longo do tempo.

Escola territorialista italiana

Essa abordagem relacional reconhece que o território é sempre moldado pelas relações de poder que o permeiam, o que nos permite uma análise crítica sobre os acontecimentos em Santo Antônio. Nesta perspectiva, a complexidade das interações humanas no espaço geográfico tem sido objeto de estudo e reflexão

há décadas, levando à formulação dos conceitos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR). Tais conceitos são, para a escola territorialista italiana, processos profundamente entrelaçados, onde diferentes perspectivas e ações se conjugam, influenciando a predominância de um processo sobre o outro. Soma-se o papel fundamental de tais conceitos na compreensão das dinâmicas territoriais, refletindo a capacidade das sociedades de moldar, desfazer e redefinir seus territórios ao longo do tempo.

É fundamental entender que a noção de território deve ser claramente definida antes de discutir a seus desdobramentos, ou seja, a desterritorialização e a reterritorialização. Muitos equívocos surgem devido à falta de uma definição adequada de território. Alguns desses equívocos incluem a concepção do território como sinônimo de espaço absoluto, local ou lugar, bem como a ideia de que a desterritorialização é apenas uma desespacialização ou uma homogeneização cultural. É essencial considerar o território como um conceito multifacetado, profundamente vinculado às relações sociais, culturais e políticas, a fim de compreender a complexidade da desterritorialização (Haesbaert, 2004).

Conforme o *Dictionnaire de la Géographie et de l'espace des sociétés*, Lévy e Lussault (2003) consideram que o termo “território” possui diversas definições no âmbito geográfico. Em uma abordagem, é entendido como um espaço fisicamente delimitado, cujas fronteiras podem ser naturais ou estabelecidas pela intervenção humana. Em outras perspectivas, é utilizado como uma alternativa ao conceito de “espaço”, destacando características específicas de áreas urbanas ou regionais dentro de entidades geográficas mais amplas. O termo também é associado, em alguns

contextos, ao conceito de “lugar”, descrevendo áreas específicas com ênfase em singularidade e identidade dentro de um contexto mais amplo. Além das definições geográficas, o conceito de “território” pode ser interpretado politicamente e socialmente como um espaço controlado e delimitado, conquistado não apenas por meios violentos, mas também por apropriação e identificação. Metaforicamente, o termo pode simbolizar um espaço de controle exclusivo, assemelhando-se ao comportamento territorial de certas espécies animais, como observado pelos geógrafos franceses (Lévy; Lussault, 2003).

Em se tratando da escola territorialista italiana, Alberto Magnaghi promove uma abordagem interconectada do território, incorporando diversas dimensões que incluem aspectos políticos. Através do destaque à diversidade de conceitos e as necessidades uma visão mais abrangente, Magnaghi argumenta que a concepção do território vai além de uma abordagem estritamente funcionalista, que o trata como um mero suporte técnico-funcional (Magnaghi, 2011).

Segundo Magnaghi, “o território não existe na natureza, pois é produto histórico dos atos culturais do homem numa relação dialética e coevolutiva com o ambiente natural” (2001, p. 06). Neste mesmo sentido, Raffestin afirma que:

é fundamental entender como o espaço está em posição que antecede ao território, porque este é gerado a partir do espaço, constituindo o resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa em qualquer nível. Apropriando-se concretamente ou abstratamente (por exemplo, através da representação) de um

espaço, o ator o “territorializa” (Raffestin, 2009, p. 26)

Ou seja, a territorialização revela a identidade complexa dos lugares, pois o território é um resultado de atos culturais do ser humano em relação ao ambiente natural. Assim, a relação coevolutiva entre o ambiente e a sociedade origina o território, que é sempre dinâmico e, constantemente, moldado e redefinido pela sociedade. Por isso, falar de uma “identidade” territorial é reconhecer um sistema antrópico historicamente duradouro, possuidor de elementos de longa duração, que compõem o que Magnaghi se refere como “patrimônio territorial”.

Aplicando a visão dos territorialistas italianos, podemos interpretar que as lógicas econômicas afastaram os habitantes das decisões relativas ao planejamento territorial em Santo Antônio. Portanto, é fundamental reconhecer que as desterritorializações ocorridas ali que não aconteceram isoladamente, mas sempre em relação a uma reterritorialização concomitante. Neste sentido,

a desterritorialização e a reterritorialização são processos simultâneos e podem ocorrer no mesmo lugar, ou em diferentes lugares, no mesmo momento ou em distintos momentos e períodos históricos, de acordo com cada situação, cada relação espaço-tempo (Saquet, 2010, p. 111).

Na verdade, a desterritorialização é um processo complexo que envolve interações, relações de poder e, muitas vezes, a gestão ativa dos limites espaciais. O entendimento da desterritorialização favorece uma análise aprofundada da dinâmica contemporânea do território e do poder (Haesbaert, 2007). A desterritorialização, portanto, pode ser vista como a perda/mudança do controle sobre os

limites espaciais que, muitas vezes, determinam nossa própria existência.

Identificar um ciclo TDR no contexto de um objeto concreto significa, em última análise, explicar as transformações que acontecem no processo de territorialização, mostrando seus mecanismos e seus efeitos nas morfologias territoriais. A complexidade no processo de produção do território é desenvolvida no tempo: cada variável envolvida faz parte de um sistema dinâmico estendido no tempo histórico e é capaz de alterar o espaço geográfico. Assim, compreender o desenvolvimento territorial por meio da análise do processo TDR é fazer uso de modelos capazes de descrever e representar graficamente o processo histórico de produção do território. Estes modelos são adaptáveis nos mais variados contextos.

Indo ao encontro ao conceito proposto por Magnaghi (2001) sobre o território, acreditamos que os cemitérios são produtos históricos que surgem da necessidade humana de atribuir significados e rituais ao espaço dedicado aos mortos. A relação dialética e coevolutiva entre a sociedade e o ambiente natural se manifesta nos cemitérios através de práticas culturais, arquitetura específica e simbolismos que remetem ao imaginário da morte e da memória.

Resultados e discussões:

Ao analisarmos o cenário dos antigos cemitérios do Morro do Pinto e Batista, percebemos que esses territórios passaram por

um processo simultâneo de desterritorialização e reterritorialização na perspectiva da construção do novo cemitério de Santo Antônio.

À luz da escola territorialista italiana, propõe-se as seguintes reflexões em relação ao **cemitério do Morro do Pinto**: (1) enquanto coexistiu com o novo cemitério, o antigo permaneceu com a função segregacionista, haja vista documentos encontrados em relatórios municipais que destinavam indigentes, pobres falecidos em hospitais da Santa Casa de Misericórdia, enfermarias públicas ou prisões a serem enterrados gratuitamente no antigo cemitério de Santo Antônio (Coleção Jerônimo Monteiro, 1912); (2) o cemitério sofreu uma mudança de função, ou seja, a área que evoluiu de seu estado natural para um cemitério, transformou-se, em seguida, em uma área habitacional, tal como se encontra nos dias de hoje. No entanto, a ausência de registros documentais específicos referentes à transição desse território cemiterial para uma área residencial contribui para a persistência de uma narrativa incompleta acerca da transformação desse território ao longo do tempo. A única foto que temos indícios do cemitério do Morro Pinto é a Figura 2, que tinha o objetivo de registrar o novo cemitério Monumental de Santo Antônio visto a partir do cemitério do Morro do Pinto, onde fotógrafo registra também simples sepulturas aos seus pés. Na verdade, o movimento organizado de moradores que ocupou antigas áreas cemiteriais visou, em última análise, afastar-se do projeto público territorial funcionalista e segregacionista, orientando sua ação com base em decisões tomadas localmente, mobilizando recursos territoriais e identitários de comunidades locais. As habitações podem ser vistas na Figura 3, antiga área do cemitério do Morro do Pinto.

Já, em relação ao **cemitério Batista**, as reflexões são as seguintes: (1) após a criação de uma necrópole laica e pública que aceitava sepultamentos de pessoas que praticassem qualquer religião, o cemitério batista foi caindo em desuso, ficando praticamente abandonado, até o fim da década de 1950; (2) uma parcela do cemitério batista tornou-se campo de futebol, enquanto outra parte foi abandonada, sendo descrita como “coberta pelo mato, utilizada como local de depósito de materiais roubados e esconderijo para marginais” (A Tribuna, em 01 de fevereiro de 1981); (3) após décadas de abandono, em 1981, o cemitério batista foi ocupado por moradores locais, que exigiram da prefeitura a regularização do espaço para abrigar 48 famílias, conforme reportagem do mesmo jornal, que pode ser verificado na Figura 4. As modificações nas relações sociais influenciaram diretamente na variação das formas como as pessoas interagiram com o território ao seu redor.

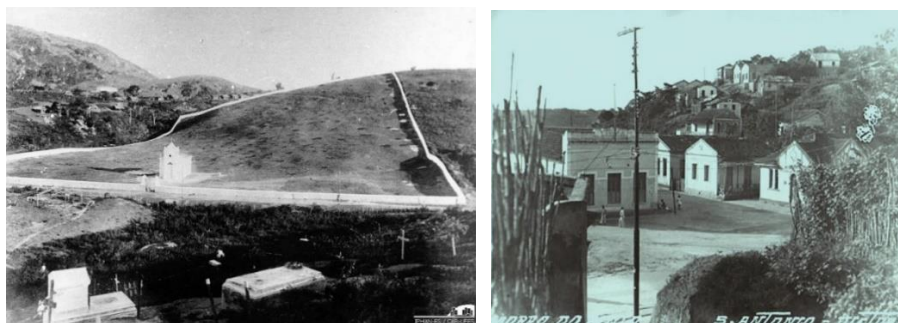
Em relação a estes cemitérios, a transição de função ocorrida em cada um, de acordo com a proposta da escola territorialista, reflete o ciclo de vida do território: nascimento, crescimento, decadência, morte e renascimento. Segundo Magnaghi:

Quando definimos o território como um sujeito vivo de alta complexidade, estamos nos referindo a um sujeito produzido pela interação a longo prazo entre o povoamento humano e o ambiente, sendo ciclicamente transformado pela sucessão das civilizações (Magnaghi, 2011, p. 112).

Quanto ao novo cemitério de Santo Antônio (aquele inaugurado na gestão de Jerônimo Monteiro, em 1912), o processo transicional de função foi distinto dos demais. Em poucas décadas

perdeu seus predecessores e adquiriu novos vizinhos com a delimitação das áreas destinadas às irmandades religiosas, que ocorreu um pouco depois. Suas feições geográficas internas foram alteradas com as obras de terraceamento que nivelaram a parte íngreme do cemitério e auxiliaram a definir seis planos de diferentes importâncias conforme a lógica centro-periferia. Embora tenha adotado algumas ampliações com aproveitamento de área, a sua ocupação de estética monumental com jazigos perpétuos, rapidamente esgotou seu espaço físico, reduzindo a rotatividade típica das sepulturas temporárias. Atualmente, mesmo no ambiente acadêmico, o início da ocupação cemiterial do antigo sítio Santo Antônio muitas vezes é equivocadamente ligado à inauguração desta necrópole, fato que promove um apagamento de importantes processos territoriais antecedentes (Teixeira, 2022).

Figura 02 e 03: Na figura 02, à esquerda, temos uma fotografia capturada a partir do Morro do Pinto, conhecido como “cemitério antigo”. Já na figura 03, à direita, percebe-se em outro ângulo o Morro do Pinto na década de 1930, já ocupado por casas, sem qualquer vestígio do antigo cemitério.



Fonte: Reprodução da Coleção Jerônimo Monteiro do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 1912 e Reprodução da Instituto Jones dos Santos Neves acervo Bairro Santo Antônio década de 1930.

Figura 04 – Possesiros ficarão no cemitério de Caratoíra.



Fonte: Jornal “A Tribuna” em 01 de fevereiro de 1981.

Compreendendo o território como um produto histórico, percebemos os modos como seus processos se evidenciam nos movimentos de redefinições ocorridos entre o homem e o ambiente (Saquet, 2010). Pode-se considerar que o ciclo de vida do cemitério Batista revela semelhanças com o ciclo do cemitério do Morro do Pinto, embora tenham ocorrido em décadas diferentes. Em ambos os casos, surgiram novos enraizamentos e novas organizações do território, possibilitando a presença de novos habitantes e identidades históricas (Magnaghi, 2011).

Entendemos que os cemitérios, em geral, representam uma forma particular de territorialização, onde a identidade do lugar está intrinsecamente ligada às práticas e crenças culturais da sociedade que os criou. Este fato revela a complexidade dos cemitérios, visto que para compreendê-los é preciso captar a interação dinâmica entre a comunidade, as tradições culturais e o ambiente físico. Os cemitérios, assim como outros territórios, estão

sujeitos a mudanças e redefinições ao longo do tempo. Assim, por meio das transformações na ocupação cemiterial do sítio Santo Antônio, conseguimos apresentar uma síntese da territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR) para cada um dos cemitérios abordados.

Deste modo, desenvolvemos uma representação analítica fundamentada no diagrama apresentado por Magnaghi (2001), para promover análises do ciclo TDR na área cemiterial implementada no sítio Santo Antônio. Cabe salientar a necessidade de adaptações ao esquema original da abordagem territorialista, visto que a dinâmica de aplicação deste método difere das necessidades desta pesquisa em alguns campos.

Assim, em um primeiro ciclo de territorialização, as condições se encontram em seu estado mais próximo ao natural, sem interferências de camadas territoriais geradas por ações precedentes. Já nos ciclos subsequentes o processo parte de uma realidade já modificada no passado e, na relação passado/presente, por vezes se reproduzem as condições e identidades territoriais herdadas (territorialização), por vezes se pode desfazê-las ou destruí-las (desterritorialização), ou, ainda, pode-se recriá-las (reterritorialização). Raffestin (2009) entende que, mesmo nas discontinuidades possivelmente verificadas, o que se nota é uma releitura da relação entre a sociedade e o seu território, e não uma interrupção desta relação.

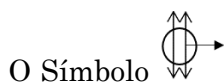
Na produção territorial sempre tem um ponto de partida que nunca é ileso das ações do passado. O processo territorial desenvolve-se no tempo, partindo sempre de uma forma precedente, de outro estado de natureza ou de outro tipo de


território. Deus partiu do Caos, isso não pode acontecer com os homens, mesmo se tivessem a sensação de que os seus predecessores fossem “caóticos” (Rafestin, 2009, p. 31).

Partindo do recorte proposto, identificamos as seções históricas atreladas aos eventos de transformação dos sedimentos⁷ territoriais no território analisado. Desconsideramos as possíveis implementações e rupturas dos sedimentos territoriais desenvolvidos durante prováveis ocupações indígenas da região, assim como, a primeira aquisição da área e uso (ou desuso) do solo do sítio Santo Antônio. Interessam para nós os fatos ocorridos a partir da década de 1850, com a implantação do primeiro cemitério extramuros de Vitória, que é o que consideramos a primeira seção histórica, até os dias atuais, a quarta seção histórica. Quanto à segunda e terceira seções, correspondem à desterritorialização e reterritorialização dos dois primeiros cemitérios que ocuparam a região e que não existem atualmente.

Com as representações gráficas abaixo, nos cemitérios analisados no Gráfico 1 (Cemitério do Morro do Pinto e Cemitério Batista), por exemplo, foi possível identificar seções históricas com características distintas, às quais correspondem às implantações dessas duas necrópoles no sítio Santo Antônio (territorializações), à precarização e abandono (desterritorialização) e à reocupação por moradores locais (reterritorialização).

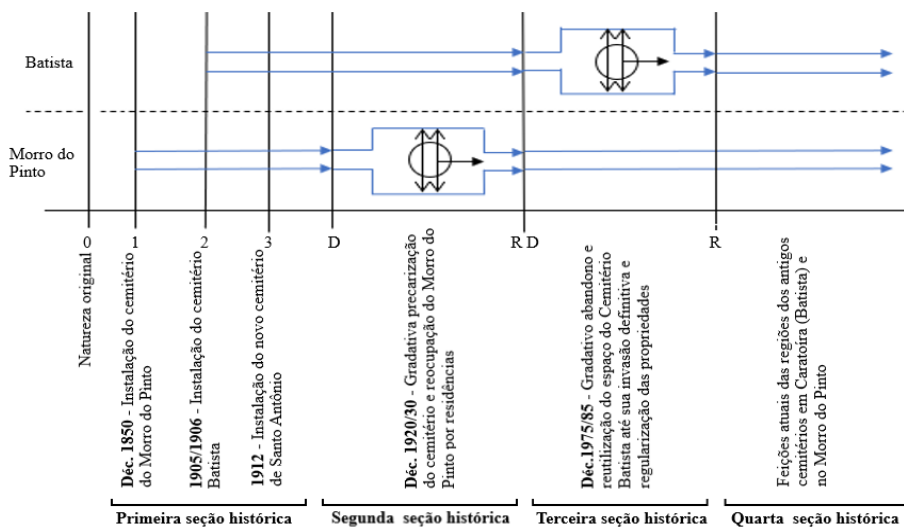
⁷ Sedimentos são vestígios duradouros da construção histórica do território, podendo ser invariantes (permanências) ou transformados (persistências). Dividem-se em dois tipos: cognitivos (ambientais ou identitários) e materiais.



O Símbolo  representa o momento do processo TDR no qual as “Energias da Contradição” se relacionam com as “Energias da Inovação” promovendo os novos arranjos territoriais.

Vejamos:

Gráfico 01: Diagrama dos ciclos de territorialização dos cemitérios do Morro do Pinto e Batista, com ênfase em suas seções históricas.

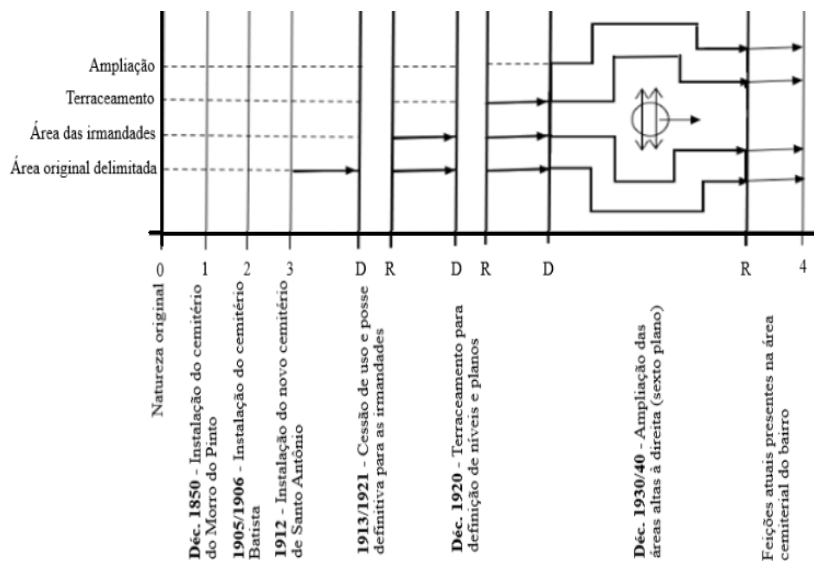


Fonte: elaborado pelas autoras, 2024, inspirado em Magnaghi (2001).

Já no Gráfico 2, abaixo, que é referente exclusivamente ao cemitério de Santo Antônio (aquele inaugurado na gestão de Jerônimo Monteiro, em 1912), ao invés de propor seções históricas, os ciclos TDR são correspondidos e possuem repercussões com nos sedimentos eleitos para análise: a delimitação da área do cemitério em 1912, a delimitação das áreas destinadas às irmandades religiosas que ocorreu um pouco depois, o terraceamento para nivelar a parte íngreme do cemitério e definir os planos e, finalmente, a ampliação com aproveitamento de área.

Vejamos:

Gráfico 02: Diagrama dos ciclos de territorialização do cemitério de Santo Antônio, com ênfase em suas expansões geográficas:



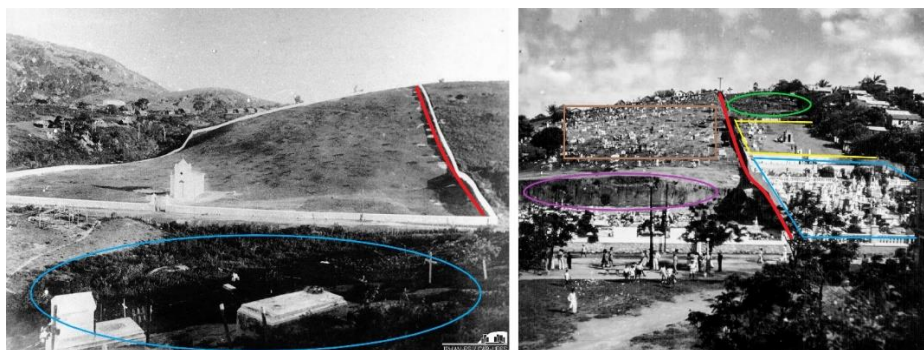
Fonte: elaborado pelas autoras, 2024, inspirado em Magnaghi (2001).

Ao elaborar as representações gráficas, não tivemos a pretensão de abordar todos os sedimentos propostos por Magnaghi que poderiam ser investigados no cemitério de Santo Antônio. Contudo, reconhecemos a presença de vários outros elementos, como sedimentos ambientais (análise do tipo de materiais e técnicas utilizados em cada época, como bronze, mármore, granito), sedimentos identitários (como o mapeamento de sepulturas de personalidades locais, de arte funerária, aspectos étnicos), entre outros produzidos ao longo da evolução do cemitério. Assim, reconhecemos a importância e a possibilidade dos estudos desses sedimentos cognitivos para um entendimento do cemitério de Santo Antônio como um bem comum sujeito a processos territoriais.

Entretanto, como desde a produção de outras pesquisas temos voltado nossa atenção para a localização geográfica dos cemitérios, na nossa representação gráfica buscamos representar alguns sedimentos materiais, mantendo o foco em suas transformações territoriais (em área e feições geográficas) desde a sua criação aos dias atuais. Por isso, nos interessou eleger os elementos de memória reificados na paisagem, caracterizados ora como permanências (estruturas invariantes) ora como persistências (estruturas transformadas), tais como, a definição das formas das áreas, suas ampliações e as modificações na infraestrutura da paisagem (terraceamento). Entendemos que a integração desses sedimentos constitui um acúmulo histórico de informações para a compreensão do território e o do seu desenvolvimento.

Resumidamente, também podemos documentar parte do ciclo TDR por meio de algumas fotos que descrevem parte dos processos e parte dos cemitérios envolvidos que podem ser verificados na Figura 07:

Figura 07: Comparativo 1912 – 1940



Fonte: Reprodução da Coleção Jerônimo Monteiro do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 1912 e Reprodução da Instituto Jones dos Santos Neves acervo Bairro Santo Antônio década de 40.

À esquerda, imagem geral do ambiente do “novo” cemitério de Santo Antônio, demarcado e pronto para ser inaugurado, em 1912. Aos pés do fotógrafo, no círculo azul, sepulturas do cemitério “velho”, no Morro do Pinto. Destacado em vermelho, o muro da lateral direita do “novo” cemitério de Santo Antônio. Na Figura 07, a imagem da esquerda, obtida cerca de trinta anos depois, o mesmo muro lateral destacado em vermelho, sendo que, do outro lado dele, marcado de azul, o cemitério da Irmandade do Santíssimo Sacramento e, marcado de amarelo, o cemitério da Irmandade de Santo Antônio dos Pobres. Acima destes, no círculo verde, uma área livre que viria a ser anexada mais tarde. Já na parte interna do “novo” cemitério de Santo Antônio, no círculo roxo, o primeiro terraço da obra de nivelamento da parte acidentada do terreno; depois deste, outros terraços seriam feitos na parte indicada pelo retângulo marrom, reconfigurando as sepulturas já existentes, para facilitar o acesso aos novos planos.

Conclusão

Buscamos, no presente artigo, resgatar a historicidade da ocupação cemiterial do bairro de Santo Antônio, em Vitória/ES, compreendendo-o como território material enraizado no ambiente cultural, econômico e político do período considerado.

Temos, por fim, condições de compreender que o sítio Santo Antônio começou a ser ocupado por cemitérios na segunda metade do século XIX, quando foi realizado, pela primeira vez, o projeto de um cemitério extramuros na cidade. A importância das necrópoles instaladas na região cresceu gradualmente até os últimos anos do

mesmo século XIX. E, por fim, a inauguração do novo cemitério de Santo Antônio, em 1912, cuja administração foi transferida para a municipalidade, foi uma confirmação da escolha da região para a atividade funerária.

Os espaços cemiteriais passaram por uma série de transformações decorrentes do espírito modernista, republicano e higienista aplicados ao urbano. O Estado teve participação central, por meio de ações municipais e do governo estadual, em atuar diretamente sobre uma lógica de ordenamento territorial.

A partir da década seguinte, o (novo) cemitério de Santo Antônio, público e laico, com seu caráter universalista, gradualmente produziu um esvaziamento de importância dos cemitérios antigos. Criados desde a segunda metade do século XIX, com características segregatórias, destinados, notadamente, a vítimas de epidemias e a protestantes, começaram lentamente a cair em desuso. A rápida expansão urbana, realizada de maneira desordenada, no caso do bairro de Santo Antônio, acabou por avançar sobre as áreas dos antigos cemitérios, que desapareceram como paisagem e memória material.

Desse modo, entendemos que o planejamento urbano proposto pelo poder público capixaba na ocupação do sítio Santo Antônio foi funcionalista ao atender a demanda da medicina social e do higienismo para a remoção dos cemitérios centrais para áreas despovoadas. Depois, com a indução do crescimento urbano, o Estado não superou a visão puramente funcionalista, nem favoreceu processos autênticos de planejamento participativo na comunidade, visando estratégias de autodeterminação local.

O resultado, em poucas décadas, foi o crescimento de energias insurgentes nas atitudes comunitárias. As organizações de moradores desempenharam um papel significativo nesse processo coletivo, que envolveu o desenvolvimento da consciência de lugar e as lutas decorrentes dele. As invasões, primeiro do cemitério do Morro do Pinto e, posteriormente, do Cemitério Batista, representaram a (re)produção do território a partir das relações profundas entre o suporte natural e a cultura.

A consciência de lugar surgida nas populações vizinhas aos cemitérios de Santo Antônio foi um processo identitário fundamental para a substituição das relações funcionais estabelecidas pelo Estado por outros tipos de relações, quando o bairro de Santo Antônio começou a ser um local de construção coletiva. Nesse processo, os principais protagonistas foram os habitantes e suas capacidades de auto-organização do território. Ao que parece, a ação dos moradores representou uma resistência às imposições de projetos territoriais centralizados, privilegiando a autonomia decisória e a valorização das particularidades locais.

Analisar todos esses processos à luz da escola territorialista italiana é relevante para compreender os ciclos de vida do território cemiterial no Sítio de Santo Antônio. Entendemos que há muito a ser estudado e que existem outros sedimentos no cemitério de Santo Antônio que ainda não foram suficientemente explorados, podendo revelar muito sobre a memória coletiva e a cultura cemiterial da cidade de Vitória.

Referências:

ABREU, Maurício de Almeida. Construindo uma geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. **GEOUSP tempo e espaço**. São Paulo, n° 7, 2000. p. 13-25. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/12340>. Acessado em 25/03/2024.

ASSIS, Elezeare Lima de. **Educação como instrumento de condução à evangelização e à civilidade: os missionários Loren e Alice Reno à frente do processo de criação do Colégio Americano Batista na cidade de Vitória/ES entre os anos de 1904 a 1935**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais. Vitória, 2019.

BICHARA, Terezinha Tristão. **História do Poder Legislativo do Espírito Santo 1835-1889**. Vitória, Leoprint, 1984. 2v.

BONICENHA, Wallace. **Devoção e Caridade: as irmandades religiosas na cidade de Vitória**. Vitória, Editora Multiplicidade, 2004.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **A cidade como negócio: mercado imobiliário rentista, projetos e processo de produção do Centro Velho de São Paulo do século XIX à Lei do Inquilinato (1809-1942)**. Tese Livre Docência - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

CAMPOS JUNIOR, Carlos Teixeira de. **O Novo Arrabalde**. Vitória: PMV, Secretaria Especial de Cultura e Turismo, 1996.

DAEMON, Basílio. **Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística**. Coordenação, notas e transcrição de Maria Clara Medeiros Santos Neves – 2.ed. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

DEMATTEIS, Giuseppe. **Progetto implicito. Il contributo della geografia umana alle scienze del territorio**. Milano: Franco Angeli, 1995.

DERENZI, Luiz Serafim. **Biografia de uma Ilha**. Rio de Janeiro: editora Pongetti, 1965.

FRANCO, Odair. **História da febre amarela no Brasil**. Ministério da Saúde. Departamento Nacional de Endemias Rurais, Rio de Janeiro, 1969, p. 30.

FRANCO, Sebastião Pimentel. **O terrívelíssimo mal do Oriente: o cólera na província do Espírito Santo (1855-1856)**. Vitória: EDUFES, 2015, p. 51

PIMENTEL FRANCO, Sebastião. Pânico e terror: a presença da cólera na Província do Espírito Santo (1855-1856). **Almanack**. Guarulhos, n. 07, p. 117-136, 1º semestre de 2014, p. 127.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. *In*: SANTOS, Milton *et al.* (orgs.) **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 43 – 71.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. São Paulo: Bertrand Brasil, 2004.

LEAL, Felipe José Pereira. **Relatório**. Vitória. Typographia Capitaniense de P. A. de Azeredo, 1851.

LÉVY, Jacques; LUSSAULT, Michel. **Dictionnaire de la Géographie et de l'espace des sociétés**. Éditions Belin, 2003.

MAGNAGHI Alberto. Una metodologia analitica per la progettazione identitaria del territorio. *In*: MAGNAGHI, Alberto. **Rappresentare i luoghi. Metodi e tecniche**. Firenze, 2001, p. 1-40.

MAGNAGHI, Alberto. **El Proyecto local hacia una conciencia del lugar**. Universitat Politècnica de Catalunya, 2011.

MONTEIRO, Jerônimo de Souza. **Exposição sobre os negócios do Estado no quadriênio 1909 a 1912**. Vitória: Congresso legislativo, 1913.

NOVAES, Maria Stella de. **Jerônimo Monteiro: sua vida e obra.** Coleção Canaã. Volume 24. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2ª edição, 2017.

PITTE, Jean-Robert. A short cultural geography of death and the dead. **GeoJournal**, Vol. 60, nº 4, 2004, p. 345-351. Disponível em <https://link.springer.com/article/10.1023/B:GEJO.0000042970.93288.0e>. Acessado em 16/11/2023.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. *In*: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009, p. 17- 37.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil no século XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ROCHA, Maria Aparecida Borges de Barros. **Revistainter-legere,** Natal, n. 12, 2013, p. 197-213.

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica, razão e emoção.** São Paulo: EDUSP, 2003.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

TEIXEIRA, Paloma Barcelos. **Sete Palmos de Terra: Historiografia e desigualdade na formação territorial dos cemitérios de Vitória/ES.** Dissertação- Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós- graduação em Geografia, Vitória, 2022.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Questões metodológicas na geografia urbana histórica. **GeoTextos**, Vol. 5, n° 2, 2009, p. 147-157. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/3791/2768>. Acessado em: 25/03/2024.

VITÓRIA. Lei Municipal n° 217. 1921. Concede a propriedade definitiva dos terrenos às irmandades. Vitória, 1921.

Fontes documentais:

A TRIBUNA, Vitória, 01 de fevereiro de 1981

Coleção prefeito Henrique de Novaes. Arquivo Público do Município de Vitória (APMV). Vitória.

Coleção Jerônimo Monteiro. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES). Vitória.

Coleção prefeito Otávio Índio do Brazil Peixoto. Arquivo Público do Município de Vitória (APMV). Vitória.

DIÁRIO DA MANHÃ, Vitória, 22 de novembro de 1912

Submetido em: 26 de março de 2024

Devolvido para revisão em: 12 de julho de 2024

Aprovado em: 15 de julho de 2024

DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2024.3377

Como citar:

TEIXEIRA, P. B.; FADINI, M. S. P. A OCUPAÇÃO CEMITERIAL DO BAIRRO DE SANTO ANTÔNIO, VITÓRIA/ES: CEMITÉRIOS VISÍVEIS E INVISÍVEIS A PARTIR DA ABORDAGEM TERRITORIALISTA ITALIANA. **Terra Livre**, São Paulo, ano 39, v.1, n.62, jan.-jun. 2024, p. 726-765. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3377>. Acesso em: dia/mês/ano.